

Estatuto estimula exploração de áreas indígenas

Proposta do governo para Estatuto do Índio agrada às madeireiras e mineradoras

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – As mudanças que o governo federal propõe para o projeto do Estatuto do Índio, que já tramita no Congresso, agradou às mineradoras e madeireiras que exploram reservas indígenas. A avaliação feita pelo lobby dessas empresas é que o novo Estatuto do Índio dará mais garantias e independência a quem explora recursos naturais nas aldeias. A Secretaria-Geral da Presidência informou ontem que o governo enviará as mudanças nos próximos dias, mas a cópia da proposta já está em mãos de vários deputados.

O deputado Antônio Feijão (PST-AP), especialista em mineração e garimpagem, recebeu uma cópia do Palácio do Planalto. Ele disse que o novo Estatuto do Índio, ao incorporar todo o Código de Mineração, levou para a aldeia a legislação que vigora em qualquer lugar. "Não vai ter mais esse negócio de pajé pegar gripe e cancelar o contrato de mineração", disse o deputado. "Uma vez que a Funai e o Ministério Público aprovem o empreendimento, ele será tocado pelas regras do Código de Mineração."

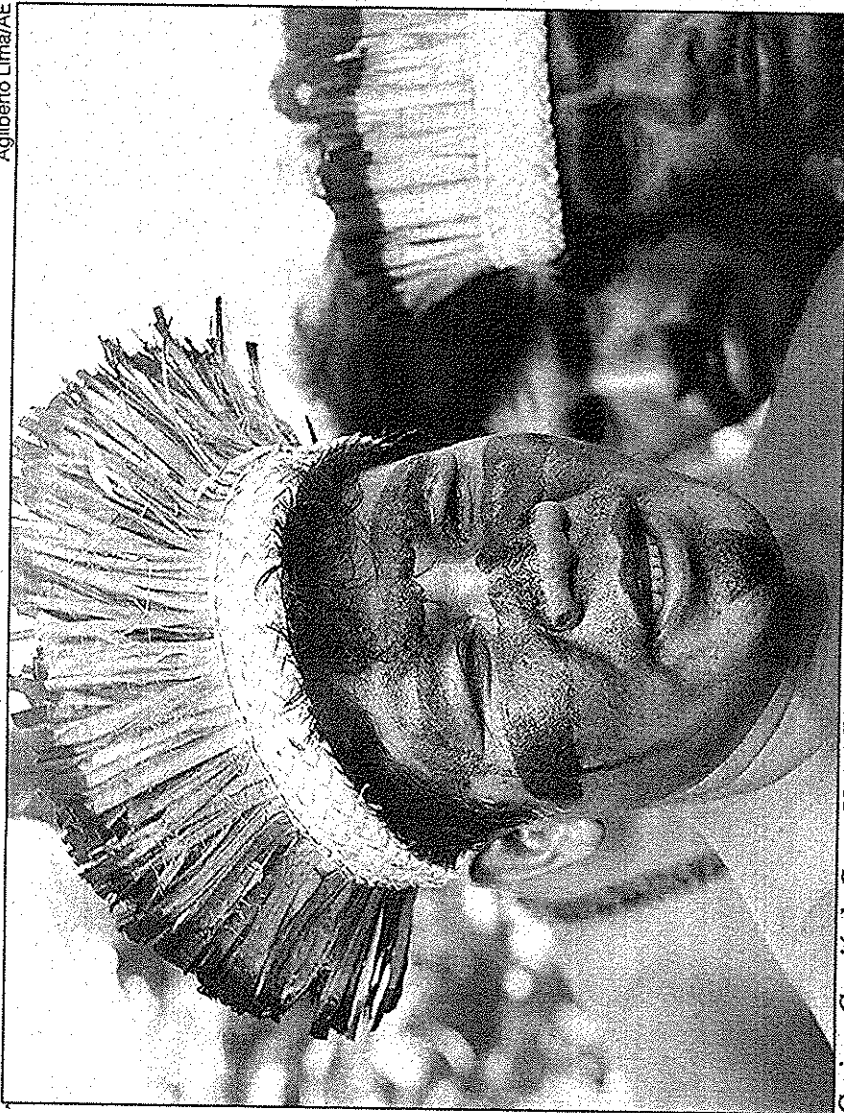
Cidadãos comuns – Feijão fez uma leitura detalhada das 28 laudas do novo Estatuto do Índio e, conforme sua interpretação, os índios estão mais perto de ser considerados como "cidadãos comuns". "E isso está certo, pois mais da metade dos índios da Amazônia é mais aculturada que os cidadãos comuns", disse. "Os índios aculturados serão tratados pelo Código Civil." Ele acha também que as organizações não-governamentais (ONGs) perderão poder de atuar nas tribos.

Já o presidente da Funai não vê nada disso no novo Estatuto. Entre os "avanços" no Estatuto do Índio, Carlos Frederico Marés cita a introdução do Código de Mineração, da Lei dos Recursos Hídricos e de mecanismos de proteção aos chamados "valores genéticos" dos índios. Marés também considera avanço a introdução de dispositivo que dá poder de polícia à Funai para atuar dentro das aldeias.

Nova discussão – O projeto de lei do Estatuto do Índio tramita no Congresso Nacional há 9 anos. A Funai admite que as manifestações em torno dos 500 anos ajudam a acelerar andamento do projeto. O deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), autor da proposta original, acusou o Palácio do Planalto de "obstruir" a matéria por seis anos. Em 1994, explicou o deputado, o governo de Fernando Henrique Cardoso decidiu levar o projeto para votação em plenário, mas de lá para cá não enviou as emendas, paralisando os trabalhos. Marés deixou claro que é novo no cargo e que não vai discutir passado.

Segundo Mercadante, várias lideranças indígenas, que já tinham chegado a um consenso em torno do projeto, agora querem rediscutir todo o Estatuto, em função das nova proposta.

Agilberto Lima/AE



Cacique Carajá, de Coroa Vermelha: a posse das terras da fazenda pode levar a novos confrontos